

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0000339-85.2013.8.26.0233**
Classe - Assunto: **Nunciação de Obra Nova - Direito de Vizinhança**
Requerente: **Ideyde Madeira**
Requerido: **Zenólia Bernardino da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de nunciação de obra nova em que a autora alega que a ré fez um buraco na lateral do imóvel da autora, expondo o alicerce, onde o acúmulo de águas pluviais tem provado infiltrações e até mesmo rachaduras.

A petição inicial de fls. 02/05 veio instruída com os documentos de fls. 06/25.

Foi deferida a liminar (fls. 26).

Citada (fls. 28, verso) a ré não contestou (fls. 34).

DECIDO.

Não contestando a ação, embora devidamente citada, tornou-se revel a parte ré, acarretando sua atitude, a teor do art. 319 do CPC, em presunção de verdade do articulado pela parte autora na inicial.

Além disso, o auto de constatação de fls. 29 dá suporte

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

às alegações da autora, ficando evidenciada a interferência prejudicial relatada na petição inicial.

Diante do exposto, com base nos arts. 1.299 e seguintes do Código Civil, JULGO PROCEDENTE a ação e ORDENO proceda a parte ré a recolocação de terras no buraco irregularmente escavado ao lado do imóvel da autora, restituindo o alicerce ao estado anterior, sob pena de que tal se realize compulsoriamente, às suas custas, sem prejuízo de outras cominações.

CONDENO a ré ao pagamento de custas e despesas processuais, além de honorários que fixo em R\$ 300,00, pois deu causa ao processo.

Honorários do convênio em 70% da tabela. Oportunamente, expeça-se certidão.

Transitada em julgado, fica autorizada a expedição de mandado, se necessário.

PRIC.

Ibaté, 11 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA